



COMISSÃO DA REFORMA FISCAL

Comunicado de Imprensa

16 de Fevereiro de 2016

CI #1

Investir no futuro de Timor-Leste

Dili- A Comissão de Reforma Fiscal (CRF) dá pela primeira vez conhecimento público dos trabalhos já realizados até ao momento.

A reforma fiscal é um dos programas chave do VI Governo Constitucional de Timor-Leste. Para esse efeito foi criada a Comissão da Reforma Fiscal para coordenar o processo de reforma e mandatada para avaliar todas as fontes existentes e potenciais de receita.

Acerca do programa de reforma fiscal

As reformas abordam três importantes áreas que o governo tem como receita e de gestão financeira: tributação, direitos aduaneiros, taxas e encargos. É uma iniciativa nacional para fortalecer Timor-Leste para o futuro. Uma parte fundamental da reforma fiscal é a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

"Não podemos contar com reservas de petróleo para sempre," disse o Primeiro-Ministro Rui Maria de Araújo. "Precisamos de garantir que o governo tenha a capacidade de cobrar e gerir com eficiência as receitas provenientes de diferentes fontes com integridade. A CRF propõe novas formas de obtenção de receitas, bem como gerir as receitas de forma mais adequada. Isto é o que nós precisamos fazer para tornar Timor-Leste competitivo com outros países da região. Somente desta forma é que Timor-Leste pode continuar a desenvolver-se."

"Essas reformas são muito importantes para que o governo possa garantir que Timor-Leste seja capaz de suportar os seus gastos no medio e longo prazo," disse o Ministra das Finanças, Santana Viegas-Cardoso. O Vice-Ministro das Finanças Helder Lopes, reforçou os comentários da Ministra que, "O processo de reforma fiscal tem como objetivo a diversificação da nossa base de receita, a fim de garantir que as fontes das receitas sejam sustentáveis no futuro."

Prevê-se que o processo de reforma fiscal seja executado dentro de um período de três a cinco anos e será coordenada pela Comissão de Reforma Fiscal, órgão criado para apoiar o governo na implementação dos vários aspetos da reforma. A CRF funcionará sob a direção do Governo através do Ministério das Finanças.

"É importante compreender que a comissão de reforma fiscal é um órgão técnico," disse Fernanda Borges, Coordenadora da Comissão da Reforma Fiscal. "Este órgão foi criado para servir o governo no interesse do povo timorense. A CRF é uma entidade de características

exclusivamente técnicas, mas terá sempre em consideração os pareceres de todas as entidades envolvidas no processo, nomeadamente, o Governo, as instituições de Estado, da comunidade empresarial, da sociedade civil e o do público em geral."

A CRF vai divulgar as reformas através de uma campanha dirigida a sectores específicos, através de "workshops" com a comunidade empresarial, reuniões de sensibilização nos distritos e obter sugestões da população em geral. Pretende-se assim um forte envolvimento da sociedade civil neste processo, dando informações regulares para os meios de comunicação sobre o andamento dos trabalhos e disponibilizando vídeos e outros meios informativos para manter o público geral informado e participativo neste importante processo de modernização.

"Todas as pessoas em Timor precisam de saber desta reforma e precisam de sentir que fazem parte do processo," disse Vice-Ministro Lopes. " Estas reformas não serão sustentáveis de outra forma."

A CRF irá emitir comunicados de imprensa periodicamente para informar o público em geral do andamento do processo de reforma com os detalhes técnicos respetivos, à medida que o governo os aprove. "

Actualização do processo de consulta

Desde o seu início de funções, em Março de 2015, a CRF tem realizado reuniões com as principais entidades interessadas para a elaboração de propostas de lei e de procedimento tendo em vista a legislação, a reforma da administração fiscal, os procedimentos alfandegários e a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Durante as duas primeiras semanas do corrente mês, a equipa de técnicos nacionais e internacionais nas áreas da administração fiscal, reforma das alfândegas, IVA e tributação do rendimento, juntamente com especialistas da Cooperação Internacional de Finanças e do Banco Asiático de Desenvolvimento apresentaram um esboço das políticas e da legislação aos ministros, membros do parlamento, conselho interministerial, ao gabinete do Sr. Presidente da República e também às chefias das direcções de impostos e alfândegas.

Foram efetuadas também reuniões com membros do setor privado bem como da sociedade civil. A equipa técnica apresentou uma visão geral das propostas de política e de legislação. O calendário das atividades previstas é o que consta seguidamente.

Calendário das actividades

Março de 2015 até Janeiro de 2016

- Os especialistas apresentaram as diferentes opções de legislação fiscal, da reforma da administração, dos procedimentos alfandegários e da introdução do imposto

sobre o valor acrescentado (IVA) em colaboração com o governo, o setor privado e a sociedade civil.

- Os economistas e advogados apresentaram exemplos comparativos com outros países que tiveram reformas similares.

Fevereiro 2016

- A CRF realizou um conjunto de apresentações dos especialistas junto das entidades interessadas com o objetivo de facilitar a compreensão da legislação antes de solicitar a elaboração de comentários por escrito por parte dessas entidades.

Março-Abril 2016

- Durante o próximo mês de Março a CRF tenciona enviar um documento com as propostas legislativas e de política para a comunidade empresarial, ONG's e outras entidades interessadas para efeitos de obtenção de comentários por escrito.

Para mais informações, favor contactar:

Fernando M. Ribeiro, Media Officer, Ministro de Finança, 7700 6279, fribeiro@mof.gov.tl

ou

Celestina da Costa Barros, Comissão da Reforma Fiscal, 7537 9228, ccbarros@mof.gov.tl